

DIREITO DO TRABALHO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele!
=) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Junior lhe procura em seu escritório de advocacia e relata todas as dificuldades que enfrentou em seu labor, como se observa: Foi contratado em 01/12/2017 pela empresa “A Lenda do Amor” Ltda., localizada em São Paulo, onde ocorreu a prestação de seus serviços, até o término da contratualidade. Sempre exerceu as funções de auxiliar de produção, percebendo como último salário o importe de R\$ 6.000,00.

Foi dispensado sem justa causa em 07/12/2018, quando recebeu todas as verbas rescisórias a que teria direito.

No transcorrer do pacto laboral, teve descontado de seus salários o valor de R\$ 2.500,00 relativos ao custo de um equipamento industrial que teria danificado fortuitamente durante o exercício de suas funções, e sem que houvesse a sua anuência, neste sentido.

Ainda, apesar de ter sido contratado para exercer a função de auxiliar de produção, em março de 2018 foi promovido à função de coordenador de produção, recebendo um “plus” salarial, mas inferior ao percebido por André, também supervisor de produção, sendo que exerciam funções idênticas, de igual valor, com a mesma perfeição técnica e produtividade, não obstante o fato de o Senhor André estar na função desde janeiro de 2018, e ter ingressado na empresa na mesma época de Junior.

Por fim, sempre manteve contato com agentes nocivos a sua saúde no desempenho de suas funções, em especial, na limpeza dos equipamentos de cozinha e, para tanto, recebia adicional de insalubridade em grau mínimo, apesar de nos últimos meses de labor ter ocorrido à reclassificação do agente pelo Ministério da Economia para grau máximo, o que foi também ratificado pela negociação coletiva, mas nada foi alterado em seus haveres salariais.

QUESTÃO: Procurado como advogado de Junior, considerando que o contrato vigorou sob a égide da reforma trabalhista, apresente a medida judicial apta a defender os seus interesses.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Antonieta Aparecida trabalhou como vendedora na empresa “Cidade dos Anjos” Ltda., especializada na produção de quadros de pintura de grandes artistas, em especial, de relicários da arte barroca.

Após um decênio, a empresa optou por promovê-la, alocando-a na função de supervisora de vendas, percebendo, agora, remuneração mensal no importe de R\$5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

No entanto, rancorosa com fato de não ter sido promovida anteriormente, agora em seu novo posto, a empregada aproveita a oportunidade para obter vantagens, de forma que passou a não mais respeitar os horários da jornada de trabalho, como também a se recusar a trabalhar em finais de semanas e, ainda, a fazer horas extras quando necessário. Inconformado, o empregador advertiu a funcionária sobre seu comportamento, o que não a fez mudar de postura, ocasionando no mês subsequente aos fatos, em 17.08.2018, a sua dispensa sem justa causa, sem o cumprimento do aviso prévio, por opção do empregador.

Desde então, empregada não retornou ao ambiente de trabalho para perceber os valores da rescisão contratual e retirar os seus pertences.

No entanto, um ano após sua dispensa, ainda inconformada, a obreira ingressa com Reclamação Trabalhista (rito ordinário) pleiteando diversos haveres trabalhistas. Todos os pedidos foram julgados improcedentes, conforme as provas produzidas nos autos pela empresa.

Ante aos fatos apresentados, questiona-se:

a) Na condição de advogado contratado pela empresa, anteriormente ao ingresso da Reclamação Trabalhista, qual seria o meio processual apto a fim de que a empresa possa pagar todas as verbas rescisórias, bem como devolver os pertences pessoais da empregada? E sob a égide de qual prazo para evitar maiores encargos trabalhistas?

b) Com a sentença de improcedência prolatada poderá a reclamante com intenção de recorrer, pleitear, neste momento, o benefício da justiça gratuita com declaração de hipossuficiência, a ser juntada nos autos, para não arcar com as custas processuais em sede recursal? Justifique de forma fundamentada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Rosa Ferreira foi contratada como assistente de enfermagem no Hospital “Força Total” Ltda. para trabalhar das 09h00min horas às 13h00min horas, realizando o serviço de triagem de pacientes, antes do atendimento pelo médico responsável.

Durante todo o período laborado na empresa, um interregno de dois anos, a empregada percebeu mensalmente o importe de R\$600,00, quando o piso salarial da categoria previsto em convenção coletiva de trabalho era de R\$ 1.200,00.

Inconformada com suas perspectivas profissionais na empresa, a obreira ingressou com Reclamação Trabalhista pleiteando diferenças salariais do que recebia em relação à convenção coletiva, bem como o adicional de insalubridade, em decorrência de sua atividade laboral, que nunca antes fora percebido.

Assim, ante a análise processual da lide, o magistrado deferiu a realização de perícia técnica no local para averiguação da insalubridade alegada, mas exigiu previamente a realização de depósito dos honorários periciais pelo reclamante.

Diante do exposto, questiona-se:

- a) Rosa faz jus às diferenças salariais, uma vez que o seu salário está incompatível com o piso salarial da categoria? Justifique sua resposta de forma fundamentada.
- b) A atitude do magistrado, ao exigir do depósito dos honorários periciais, está de acordo com a legislação vigente? Em caso negativo, indique o meio processual apto para a reclamante reverter a presente decisão, de forma fundamentada.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Priscilinha ingressou com Reclamação Trabalhista em face de “Mundo dos Doces” Ltda., pleiteando liminarmente a concessão de uma tutela antecipada de urgência para fins de reversão a justa causa aplicada, bem como a sua readmissão ao emprego, já que o necessitava para manutenção do sustento de sua família.

Neste caso, o magistrado deferiu liminarmente a tutela antecipada para Priscilinha, uma vez que verificou faticamente a existência da probabilidade do direito e o perigo de dano.

Com base no relatado, responda aos itens a seguir, utilizando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

a) Neste caso, qual a natureza da decisão que concede a tutela antecipada? E qual o instrumento processual adequado a ser utilizado pelo Advogado da empresa para atacar esta decisão? Justifique.

b) Se a tutela antecipada for deferida na sentença, qual o instrumento processual adequado para atribuir efeito suspensivo ao recurso ordinário? Justifique.



Estratégia

Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

A Empresa “Super Coruja” Ltda. foi constituída em dezembro de 2017, por Paulo Souza, Priscilinha, Rosemito, tendo por objeto social a produção de videoaulas e materiais didáticos. Em junho de 2018, Rosemito se retirou da sociedade, já que pretendia se aposentar definitivamente e mudar-se para Dubai.

No mesmo mês, os sócios remanescentes, Paulo Souza e Priscilinha, decidiram criar uma nova empresa, “Faces da Fama” Ltda., esta no ramo de mídias sociais, por verificarem que esse objeto comercial tem ganhado grande destaque.

Diante do caso hipotético apresentado, responda de maneira fundamentada:

- a) Como fica a responsabilidade de Rosemito diante de ações trabalhistas promovidas em face da empresa “Super Coruja” Ltda., após a sua saída da sociedade? Justifique.
- b) Seria correto afirmar que a empresa de mídias sociais, “Faces da Fama” Ltda., constitui grupo econômico com a empresa, “Super Coruja” Ltda., de videoaulas e materiais didáticos? Justifique.



Estratégia

Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	